

Déficit e superávit como ler as contas públicas



8

temas para entender
e participar com consciência

Receitas, despesas, juros e resultados fiscais

ORGANIZAÇÃO

Régys Borges da Silveira

1ª EDIÇÃO · 2026

Antes de começar

Um governo pode apresentar superávit em um conceito e déficit em outro. Esta cartilha explica o que se compara, quais juros entram e por que resultado de um período não é o estoque de dívida. As contas são hipotéticas e explicitam sua convenção de sinais.

O que você vai encontrar

- 01 Um resultado depende do que entrou na conta
- 02 O resultado primário separa o componente de juros
- 03 O resultado nominal também considera juros
- 04 Caixa e competência registram momentos diferentes
- 05 Um mês não representa necessariamente o ano
- 06 Governo Central e setor público têm abrangências distintas
- 07 Meta, previsão e realização são registros diferentes
- 08 Leia o resultado junto com dívida e serviços

Os exemplos sem indicação de um caso real são situações didáticas. As explicações resumem regras e práticas; não substituem a consulta à fonte ou orientação para um caso pessoal.

01 Um resultado depende do que entrou na conta

Receitas menos despesas é uma convenção que precisa ser declarada.

Receita	Qual entrada foi considerada?
Despesa	Qual saída ou obrigação entrou?
Resultado	Qual diferença está sendo medida?

Nesta cartilha, resultados positivos na conta de receitas menos despesas indicam superávit; negativos indicam déficit. Publicações podem usar sinais diferentes, como necessidades de financiamento positivas para déficit.

Não basta identificar o sinal. É preciso saber quais componentes e instituições foram incluídos e em que período. Um resultado não é todo o movimento do caixa nem a quantidade total de dívida.

Exemplo hipotético: Receitas consideradas de R\$ 100 e despesas de R\$ 110 produzem resultado de menos R\$ 10 na convenção adotada.

Leia conceito, componentes e convenção de sinais.

[Acessar a fonte \[1\]: Conceitos e estatísticas fiscais — seções 3 e 5](#)

02 O resultado primário separa o componente de juros

Ele ajuda a observar uma dimensão da política fiscal.

Primário	Receitas e despesas do conceito primário
Juros	Componente financeiro separado
Alcance	Não representa toda necessidade financeira

O resultado primário distingue o componente fiscal não financeiro do componente de juros, conforme a metodologia. Não é uma conta que simplesmente soma toda entrada bancária e subtrai qualquer pagamento.

Uma operação de crédito pode ser receita de capital no orçamento e, ainda assim, não ser receita primária no indicador fiscal. Trazer caixa não transforma financiamento em arrecadação primária. Confira a classificação da fonte e não use o primário como resumo de todo custo da dívida.

Exemplo hipotético: Um empréstimo traz R\$ 20 ao caixa. O leitor não o soma como arrecadação primária para anunciar melhora do resultado.

Distinga financiamento de receita no conceito primário.

[Acessar a fonte \[1\]: Conceitos e estatísticas fiscais — seções 3 e 5](#) • [Acessar a fonte \[4\]: Orçamento e execução — art. 11: receitas e operações de crédito](#)

03 O resultado nominal também considera juros

Um superávit primário pode coexistir com déficit nominal.

Primário	Resultado antes do componente de juros
Juros líquidos	Componente financeiro do mesmo recorte
Nominal	Resultado que os reúne

Num exemplo simplificado e de mesmo período e abrangência, superávit primário de R\$ 5 e despesa líquida de juros de R\$ 12 produzem déficit nominal de R\$ 7. A presença de superávit primário não contradiz esse resultado.

É preciso conferir o conceito de juros e a convenção dos dados. A identidade didática não substitui todos os ajustes de apuração oficial. Não misture juros de uma esfera com resultado primário de outra.

Exemplo hipotético: Um anúncio destaca superávit de R\$ 5 e outro déficit de R\$ 7. O leitor verifica se tratam, respectivamente, de primário e nominal.

Compare conceitos compatíveis antes de anunciar contradição.

[Acessar a fonte \[1\]: Conceitos e estatísticas fiscais — seções 3 e 5; exemplo editorial](#)

04 Caixa e competência registram momentos diferentes

Pagar hoje e reconhecer uma obrigação hoje não são equivalentes.

Caixa	Entrada ou pagamento efetivo
Competência	Reconhecimento no período pertinente
Método	Regra específica do indicador

O manual do Banco Central explica a predominância do regime de caixa nos resultados fiscais e o registro de juros por competência, com tratamentos específicos. Uma estatística exige leitura do método, não apenas do extrato.

Na execução orçamentária, empenho formaliza a obrigação de pagamento, condicionada quando for o caso; liquidação verifica o direito do credor; pagamento quita o valor. Esses estágios não são sinônimos. Compará-los sem considerar o momento pode produzir leitura equivocada.

Exemplo hipotético: Uma obrigação de juros é apropriada no período, mas seu pagamento ocorre depois. O leitor pergunta qual momento o indicador registra.

Identifique quando cada componente é reconhecido.

[Acessar a fonte \[1\]: Conceitos e estatísticas fiscais — p. 14-15](#) • [Acessar a fonte \[4\]: Orçamento e execução — arts. 58 a 64](#)

05 Um mês não representa necessariamente o ano

Receitas e pagamentos podem ter concentração no calendário.

Mês	Movimento do intervalo
Acumulado	Soma de períodos definidos
Sazonalidade	Padrão de concentração no tempo

Receitas e despesas podem variar ao longo do exercício. Um mês isolado não permite projetar o ano inteiro por simples multiplicação. Verifique acumulado, eventos específicos e comparação com períodos equivalentes.

Acumulado no ano e acumulado em doze meses também são janelas diferentes. Ao comparar percentuais, confira unidade, datas e se a informação é preliminar ou revisada. A mesma legenda abreviada pode esconder recortes distintos.

Exemplo hipotético: Um pagamento se concentra em dezembro. Multiplicar o resultado de janeiro por doze ignora o calendário conhecido.

Compare janelas equivalentes e investigue fatores sazonais.

[Acessar a fonte \[1\]: Conceitos e estatísticas fiscais — seção 3: periodicidade e sazonalidade](#)

06 Governo Central e setor público têm abrangências distintas

Um resultado não pode ser atribuído automaticamente a todos os entes.

Recorte	Quem está incluído?
Consolidação	Que relações internas são ajustadas?
Fonte	Qual órgão e método?

A abrangência pode ser Governo Central, governos regionais ou conjunto consolidado definido na estatística. O Banco Central e o Tesouro apresentam informações com metodologias e finalidades que precisam ser identificadas.

Não trate diferença de abrangência como erro de cálculo. Para somar componentes, confira consolidação e relações internas. Uma fonte pode ajudar a detalhar receitas e despesas enquanto outra observa financiamento e estoques.

Exemplo hipotético: Uma notícia usa resultado federal para afirmar que todos os municípios tiveram o mesmo comportamento. O leitor pede dados do recorte correto.

Informe esfera, abrangência e método junto com o resultado.

[Acessar a fonte \[1\]: Conceitos e estatísticas fiscais — seções 2 e 3](#)

07 Meta, previsão e realização são registros diferentes

Cumprir uma meta depende da regra de apuração aplicável.

Meta	Objetivo definido no instrumento legal
Previsão	Estimativa do que ocorrerá
Realização	Valor efetivamente apurado

A lei de diretrizes orçamentárias estabelece metas fiscais nos termos legais. Uma previsão pode mudar com novas informações; o resultado realizado pertence ao período apurado. Nenhum desses registros deve ser anunciado como se fosse outro.

A verificação de cumprimento pode envolver tolerâncias e exclusões previstas. Isso não torna a despesa excluída economicamente inexistente. Separe o resultado pelo conceito divulgado da conta específica usada para avaliar a meta.

Exemplo hipotético: Um relatório revisa uma previsão e é apresentado como déficit já ocorrido. O leitor confere o tipo de documento e a data.

Distinga estimativa, resultado e apuração legal da meta.

[Acessar a fonte \[2\]: Responsabilidade fiscal — art. 4º](#) • [Acessar a fonte \[3\]: Regime fiscal sustentável — art. 2º](#)

08 Leia o resultado junto com dívida e serviços

O saldo isolado não avalia toda a política fiscal.

Resultado	O que ocorreu no período?
Estoque	Como evoluíram as obrigações?
Entrega	O que aconteceu com os serviços?

Um resultado fiscal é uma peça da análise. Juros, ativos e ajustes também podem alterar a dívida; mudanças na execução podem afetar serviços. Não é possível avaliar toda gestão com um único saldo.

Monte uma ficha com fonte, conceito, período, abrangência, sinais e fatores explicativos. Use o resultado no alcance que ele permite e procure evidências adicionais sobre qualidade do gasto e trajetória do financiamento.

Exemplo hipotético: Um saldo melhora após adiar pagamentos. O leitor acompanha também obrigações e entregas para entender a mudança.

Relacione resultados, obrigações e condições de atendimento.

[Acessar a fonte \[1\]: Conceitos e estatísticas fiscais — seções 6 a 8](#) • [Acessar a fonte \[5\]: Como avaliar políticas — caps. 2 e 3](#)

Referências bibliográficas

Fontes em ordem alfabética. Os números identificam os links usados no texto. Os títulos originais e as datas de consulta constam de cada referência.

- [1] BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Estatísticas Fiscais**. Banco Central do Brasil, 2019. Maio 2019, 49 p. Uso conceitual; não representa todas as alterações metodológicas posteriores ou os dados atuais. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/notas_metodologicas/estatisticas-fiscais/estatisticasfiscais.pdf. Acesso em: 18 out. 2026.
- [2] BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 18 out. 2026.
- [3] BRASIL. **Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Institui regime fiscal sustentável e altera a Lei de Responsabilidade Fiscal. Texto com alterações; não substitui a lei de diretrizes orçamentárias de cada exercício. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp200.htm. Acesso em: 18 out. 2026.
- [4] BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos. Texto consultado com alterações. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 18 out. 2026.
- [5] BRASIL. Presidência da República. Casa Civil et al. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2018. v. 2. ISBN 978-85-85142-94-0. Uso metodológico; organização administrativa e exemplos são históricos. A ficha indica 301 p.; o arquivo consultado tem 332 páginas físicas. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181218_avaliacao_de_politicas_publicas_vol2_guia_expost.pdf. Acesso em: 18 out. 2026.

Sobre esta cartilha

Para conferir antes de compartilhar

- 1 QUEM ESTÁ ENVOLVIDO?**
Identifique as pessoas, instituições e responsabilidades de cada situação. Um exemplo não descreve todos os integrantes de um grupo nem permite generalizar uma conduta.
- 2 QUE TIPO DE REGISTRO É ESSE?**
Uma lei estabelece regras; uma pesquisa apresenta resultados e limites; uma notícia relata um acontecimento. Exemplos hipotéticos ajudam a explicar uma ideia, mas não comprovam fatos reais.
- 3 QUAL É A AVALIAÇÃO?**
Diferencie o que a fonte documenta da explicação ou recomendação desta cartilha. Confira o contexto, a data e os limites do documento antes de tirar conclusões ou compartilhar.

Sobre a pesquisa e as interpretações

Esta cartilha é um material educativo baseado em pesquisa documental e fontes identificadas. Explicações e orientações de leitura não substituem os documentos citados nem uma análise de cada caso. O objetivo é ajudar o leitor a conferir informações e participar com consciência.

O que esta seleção permite concluir

Os exemplos não reproduzem a apuração completa de um indicador oficial. Sinais, abrangência e regimes de registro variam entre demonstrativos. O manual de 2019 sustenta conceitos, não todas as revisões posteriores nem a situação atual.

Recorte editorial: 18 de outubro de 2026. Normas, serviços e conhecimentos podem mudar. Confira a fonte indicada antes de aplicar uma orientação.

Organização: Régys Borges da Silveira

1ª edição · Revisão editorial: 18 de outubro de 2026.

Produção com apoio de inteligência artificial (IA). Ilustrações geradas por IA, sem valor documental. Edição distribuída em formato digital; consulte as fontes pelos links do texto e das referências.

Distribuição gratuita, sem cadastro. Materiais de terceiros mantêm suas condições de uso.

[Conheça os demais volumes da coleção](#)

CONTINUE A EXPLORAR

A leitura continua

Conheça os livros de Régys Borges da Silveira e encontre sua próxima leitura.

Explore os livros →

livros.regys.com.br



Lendo no papel?

Aponte a câmera do celular para o QR code. No PDF, toque no botão ou no endereço acima.

Este convite registra apenas a cartilha de origem e uma contagem agregada de acessos, sem identificar você.